

Um passo importante: a pauta está em mãos do Cruesp

Em 16/4 o Fórum das Seis entregou ao Cruesp a pauta de reivindicações para a data-base 2009, cuja íntegra está em www.adusp.org.br.

No que diz respeito às reivindicações salariais, a pauta inclui:

- reposição da inflação dos últimos 12 meses;
- 10% de reposição para recuperar parcialmente perdas históricas acumuladas; e

• uma parcela para reduzir injustiças sociais, diminuindo a relação entre o maior e o menor salário, tendo como referência a parcela fixa mencionada no comunicado Cruesp 3/2007, em resposta à nossa reivindicação de R\$ 200.

O reajuste reivindicado tem por objetivo recuperar parcialmente o poder aquisitivo médio que tínhamos ao longo de 1989, quando foi estabelecida a dotação orçamentária para as universidades estaduais, fixada como um percentual do ICMS do Estado. Para recuperá-lo totalmente, precisaríamos de um reajuste de aproximadamente 42%. A tabela mostra quanto a mais os docentes em RDIDP estariam recebendo, caso o poder aquisitivo atual fosse o mesmo de 1989 (os valores referem-se apenas aos vencimentos básicos).

Há possibilidade de o reajuste reivindicado ser conce-

Veja quanto falta no seu salário!

| Categoria | Quanto falta no seu salário para atingir o poder aquisitivo de 1989 |
|---------------------------|---|
| Auxiliar de Ensino - MS1 | R\$ 1.284,00 |
| Assistente - MS2 | R\$ 1.899,00 |
| Professor Doutor - MS3 | R\$ 2.657,00 |
| Professor Associado - MS5 | R\$ 3.167,00 |
| Professor Titular, MS6 | R\$ 3.819,00 |

dido? SIM. Em 2008, o comprometimento dos orçamentos das universidades estaduais com salários foi de apenas 77%, o mais baixo desde que a dotação orçamentária foi fixada em 9,57% do ICMS quota-parte do Estado.

Esse baixo comprometimento explica-se pelo fato de que o crescimento dos salários foi de apenas 15% entre 2006 e 2008, enquanto o crescimento do ICMS, no mesmo período, foi de 49%! Ou seja, o ICMS cresceu 30% acima dos salários. Portanto, é bem viável um reajuste que nos permita recuperar parte das perdas desde 1989.

Outros itens da pauta

Reivindicamos que o Cruesp se engaje na luta por uma universidade autônoma e democrática, que respeite os movimentos sociais organizados e que seja regida por políticas transparentes, incluindo contratações exclusivamente por meio de concur-

sos públicos.

Queremos que o Cruesp defenda conosco a educação pública em todos os níveis por meio de investimentos estaduais de 33% da arrecadação total de impostos na educação em geral. Aí estariam incluídos 11,6% do ICMS quota-parte do Estado para as universidades, 2,1% desse

mesmo imposto para o Centro Paula Souza e recursos adicionais para custear a incorporação na USP da Escola de Engenharia de Lorena e o campus da Unicamp em Limeira. E mais:

- plena integração dos hospitais universitários às universidades e reversão das formas de privatização;
- direitos dos aposentados, incluindo a aposentadoria especial em casos de risco de doenças profissionais; restabelecimento da licença-prêmio aos celetistas e a possibilidade de revertê-la em pecúnia;
- regulamentação do professor de educação infantil;
- luta contra o ensino à distância;

-que as carreiras docente e de funcionários técnico-administrativos sejam estudadas no âmbito da comissão de isonomia entre as três universidades estaduais;

-mais e melhores moradias, bolsas de caráter sócio-econômico e outros atendimentos que permitam melhores condições de estudo e permanência estudantil na universidade.

O Fórum das Seis aguarda que o Cruesp marque a primeira reunião de negociação. Mas, se queremos ver atendidas nossas reivindicações, é necessário haver muita mobilização, discussões nas unidades e participação nas assembleias!

Gatilho: silêncio da Reitoria continua ensurdecidor!

Em manifestação entregue ao juiz em 19/01/09, a Adusp requereu a imediata execução da sentença para os já considerados beneficiários. Também solicitou ao juiz que instasse a USP a justificar, caso a caso, todas as exclusões que promoveu.

Os advogados da Adusp deverão entregar ao juiz, até 27/4, a resposta a um pedido de análise de 28 casos de docentes que a USP diz já terem entrado com ação simi-

lar (litispendência). Nesta resposta, a Adusp também reitera o pedido de que a USP promova, nos termos fixados na sentença judicial final, o reajuste dos vencimentos daqueles que já constam da lista incontroversa de beneficiários e que apresente os motivos de exclusão.

Nesta manifestação, a Adusp solicita que a USP forneça as necessárias informações salariais para que se possa calcular as diferenças

devidas de remuneração.

Por que a USP demora tanto para cumprir uma decisão judicial definitiva? Por que desrespeita seus docentes e a justiça? As dívidas da USP, devido à multa judicial, crescem 0,5% a cada mês: quem ganha com a demora na execução da sentença? Por que a USP não responde ao ofício da Adusp, de 19/02/09, solicitando reunião para a continuidade da discussão? Com a palavra, a Reitoria.

Assembleia Geral Ordinária da Adusp

29/4, quarta-feira, às 17h, no Aud. Adma Jafet (IF)

Pauta: campanha salarial, carreira docente, relatório da diretoria

Adusp terá eleições para Diretoria e CR em 27 e 28/5

As eleições para renovar a Diretoria da Adusp e parte do Conselho de Representantes (CR) da entidade serão realizadas nos dias 27 e 28/5. Nesses dois dias, das 9 horas às 21 horas, ocorrerá a votação que elegerá a nova Diretoria e os representantes titulares e suplentes em 44 unidades da USP para o biênio 2009-2011.

As inscrições de chapas para a Diretoria vão até o dia 15/5, às 18 horas. Para o CR as inscrições encerram-se no dia 22/5, às 18 horas, na sede da Adusp. O edital das

eleições, publicado em 16/4 e reproduzido abaixo, indica as unidades que devem eleger representantes.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHO DE REPRESENTANTES

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os sócios da Adusp-S.Sind. para a eleição de diretoria e Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 27 e 28 de maio de 2009, das 9h00 às

21h00. As inscrições das chapas para diretoria e conselho deverão ser efetuadas na sede da Adusp, sita à Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, nº 374 - Prédio Antigo da Reitoria. O prazo para inscrição de chapas para diretoria se encerra no dia 15 de maio de 2009, às 18h00, e para inscrição ao Conselho de Representantes se encerra no dia 22 de maio de 2009, às 18h00.

São Paulo, 16 de abril de 2009

Professor Otaviano Helene
Presidente da Adusp-S.Sind.
Unidades que deverão eleger representantes:

Centro de Biologia Marinha; Centro de Energia Nuclear na Agricultura; Escola de Comunicações e Artes; Escola de Enfermagem; Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (titular); Escola de Educação Física e Esportes; Escola de Educação Física e Esportes; de Ribeirão Preto; Escola de Engenharia de São Carlos; Escola Politécnica; Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Ciências Farmacêuticas; Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto; Faculdade de Direito; Faculdade de Direito de Ribeirão Preto; Faculdade de Educação; Faculdade de Economia e Administração; Faculdade de Economia Adm. e Contabilidade de Ribeirão Preto; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto; Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; Facul-

dade de Medicina Veterinária e Zootecnia; Faculdade de Odontologia; Faculdade de Odontologia de Bauru; Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos; Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais; Hospital Universitário; Instituto Astronômico e Geofísico; Instituto de Biociências; Instituto de Ciências Biomédicas; Instituto de Ciências Matemática e Computação; Instituto de Estudos Avançados; Instituto de Estudos Brasileiros; Instituto de Física; Instituto de Física de São Carlos; Instituto de Geociências; Instituto de Matemática e Estatística (suplente); Instituto de Medicina Tropical; Instituto de Psicologia; Instituto de Química; Instituto de Química de São Carlos; Museu de Arte Contemporânea; Museu de Arqueologia e Etnologia; Museu Paulista; Museu de Zoologia.

Fundação Vanzolini, *expert* em Geografia?

Na recém-encerrada gestão da professora Maria Helena Guimarães de Castro, a Secretaria de Estado da Educação (SEE) delegou a uma entidade privada, a Fundação Vanzolini, a elaboração de material didático destinado aos alunos da rede pública. O resultado foi desastroso: em março, a SEE mandou recolher 500 mil livros de geografia distribuídos para alunos da sexta série do ensino fundamental.

Nesses livros, editados pela Fundação Vanzolini, o Paraguai aparece duas vezes no mapa da América do Sul e a localização do Uruguai está invertida com o Paraguai. O erro se repete também no livro do professor. Em outro mapa, "Fronteiras Permeáveis", o Equador simplesmente não aparece.

A Fundação Vanzolini deverá arcar com todos os gastos da troca. Mas não deixa de ser intrigante a relação privilegiada entre esta entidade "de apoio" e a Secretaria da Educação, materializada em diversos contratos sem licitação (vide, por exemplo, *Revista Adusp* 23, p. 69).

Por que deveria o Estado delegar à iniciativa privada uma tarefa desse tipo? Por outro lado, ainda que se admita essa canhestra possibili-

dade, não consta que a Fundação Vanzolini, entidade dita de apoio ao Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica, tenha a competência necessária para editar material didático na área de geografia.

Perguntas e respostas

Encaminhamos à entidade privada algumas perguntas. Por meio da assessoria de imprensa, a Fundação Vanzolini respondeu, parcialmente, às questões enviadas por e-mail pelo *Informativo Adusp*. Deixou de informar qual o valor do contrato com a SEE; se houve ou não licitação; e se se considera possuidora de *expertise* para editar livros didáticos de Geografia.

A seguir, as perguntas enviadas e as respostas:

Qual o valor do respectivo contrato entre a SEE e a Fundação Vanzolini? Houve licitação?

"A Fundação Vanzolini foi contratada pela Secretaria de Educação para prestar serviços especializados de gestão integrada, desenvolvimento, produção e logística necessários à elaboração do material pedagógico complementar da proposta curricular da 5ª à 8ª séries do Ensino Funda-

mental e do Ensino Médio do Estado de São Paulo".

"A Fundação Vanzolini, na condição de prestadora de serviço, não pode adiantar informações que pertencem e competem ao seu cliente."

Como explicar a ocorrência de erros nos mapas? A Fundação Vanzolini considera-se possuidora de competência para editar livros didáticos de geografia?

"Com relação à publicação do mapa da América do Sul em Cadernos do Aluno de Geografia da 6ª série, conforme amplamente divulgado publicamente, a incorreção foi involuntariamente gerada no processo de diagramação e aplicação dos nomes de alguns países, sob responsabilidade da Fundação Vanzolini. Ao tomar conhecimento de que o mapa efetivamente publicado divergiu do originalmente preparado, foi disponibilizada de imediato a versão correta desse mapa para publicação no site do São Paulo Faz Escola, com aviso a todas as escolas e professores envolvidos. Em seguida, foi providenciada a substituição dos cerca de 500 mil exemplares do Cadernos do Aluno Geografia da 6ª série, sem ônus para o Estado, o que já ocorreu."

Antonio Fagundes (1958-2009)

Faleceu em 5/4/09, aos 50 anos, o companheiro Antonio Cesar Alves Fagundes, professor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ), do *campus* de Pirassununga.

Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Santa Maria (1983), com mestrado em Zootecnia pela mesma universidade (1989), e doutorado em Zootecnia pela Unesp (1999), Fagundes era professor da FMVZ desde 1993. Estava afastado de suas atividades por motivos de saúde. Atuou como docente na área de Zootecnia, com ênfase em Ecologia dos Animais Domésticos e Etologia.

Antes de atuar na USP, trabalhou como pesquisador no Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) entre 1988 e 1992. Foi diretor regional da Adusp em duas gestões consecutivas, 1995/97 e 1997/99, na mesma época em que presidiu a Associação Pirassununguense dos Docentes da USP (Apdusp). Neste período, o companheiro Fagundes atuou decisivamente para o enraizamento da Adusp no *campus* de Pirassununga, sendo também responsável pela instalação da sede regional da entidade no *campus*.

Foi membro do CR da Adusp e exerceu expressiva participação como representante de categoria em vários colegiados da FMVZ. Sua militância pelos direitos dos docentes e por suas condições de trabalho constitui importante legado para os novos docentes, sobretudo nesta fase de expansão do *campus*. Deixa a esposa e quatro filhas, e um exemplo de compromisso com o que acreditava ser o melhor. Seu sorriso ficará na memória de todos aqueles que com ele conviveram.



Mais críticas à reforma da carreira aprovada pelo CO

Ainda estão acesos os debates sobre a progressão horizontal na carreira docente e sobre o *modus operandi* da Reitoria na reforma do Estatuto, votada pelo Conselho Universitário (Co) em 4/3 (*Informativo Adusp* 276 e 277).

A professora Zilda Iokoi (FFLCH), que compôs a Comissão de Reforma do Estatuto (CRE) desde o início dos trabalhos, e Ester Rizzi (FD), representante discente da pós-graduação na CRE e no Co, descreveram, em entrevista ao *Informativo Adusp*, uma série de ações que comprometeram a democracia no interior da própria comissão, já em si bastante restrita e com maioria de membros indicada pela reitora Suely Vilela.

A aprovação da progressão horizontal na carreira docente aconteceu após a rejeição de uma outra proposta de carreira, apresentada à USP pelo professor Carlos Corbett (FM) durante a gestão do reitor Adolpho Melfi. “Era uma proposta de transformação da carreira docente no que se refere à forma de ascensão entre o associado e o titular”, explica Zilda. A proposta de Corbett continha a figura do professor pleno, o qual “teria uma avaliação exatamente como é a do atual titular — memorial, prova de erudição, uma banca — mas que não dependeria de cargo”. Vale a pena lembrar que a introdução na carreira do título de professor pleno, outorgado por concurso específico, foi uma das resoluções do III Congresso da USP, ocorrido em 1987.

Após debate com o segmento dos professores associados, Zilda encampou a proposta de Corbett, acrescentando dispositivo para que a carreira docente na USP voltasse a começar no nível de mestre.

“Eu me demiti!”

Zilda compôs a CRE até 2008, quando a proposta que



Professora Zilda Iokoi

defendia foi rechaçada pelos outros membros da subcomissão que discutia a reforma da carreira, os professores João Grandino Rodas (FD) e Luiz Roberto Britto (ICB): “Houve a proposta que veio da FD passando a discutir a carreira como pedaços de tempo para a remuneração. Eles me disseram que não podiam manter minha proposta, porque ninguém havia defendido essa proposta nas audiências públicas que eles fizeram. Eu me demiti da comissão!”.

Durante anos, lembra a professora, o Andes-Sindicato Nacional lutou para estabelecer nas universidades federais a evolução na carreira por titulação e produção acadêmica. “A USP volta a fazer a coisa mais indigente: trans-



Professor João G. Rodas

formar a carreira docente em política de assalariamento, em massa salarial que tem um percentual fixo. Vai tirar de um lugar e colocar em outro. Está fazendo a repartição de migalhas entre alguns mais iguais do que os outros. Politicamente é uma indigência, academicamente ela é insustentável. Matou aquilo que havia de mais sério e rigoroso na universidade: que a evolução na carreira se faz por produção de conhecimento novo”.

No entender de Zilda, a proposta foi aprovada pelas congregações e pelo Co por falta de engajamento dos docentes na discussão: “As pessoas não se envolvem na luta salarial e também não se envolvem quando vem uma proposta maluca como essa. Ah, vão

Fotos: Daniel Garcia



Mestranda Ester Rizzi

pintar uns trocados? Tá bom!” Por outro lado, destaca que no interior do Co quase não há espaços de contraponto: “O que vem das comissões passa. O Co é absolutamente governista, porque o Reitor é escolhido por ele e ele se compõe pelo Reitor — é um ciclo de auto-referência. Todos devem favor a todo mundo”.

Democracia aparente

A pós-graduanda Ester Rizzi participa das reuniões da CRE desde março de 2008 e afirma ao *Informativo Adusp* que as propostas de reforma do Estatuto, incluindo o ponto carreira docente, “de fato não foram discutidas na comissão” e que mais preocupante do que as próprias propostas é a forma como elas vêm sendo aprovadas.

Segundo Ester, que é uma das coordenadoras da Associação de Pós-Graduandos, a proposta de reforma do Estatuto chegou à comissão formatada, sem espaço para novas proposições. Mesmo os pareceres dos professores do Co sobre ela foram sistematizados por uma subcomissão, mais restrita que a própria CRE. Para a representante discente, tentou-se criar uma aparência de democracia com a discussão das mudanças em oitivas realizadas nos campi da USP; no entanto, afirma, “as discussões das oitivas não foram levadas para a CRE”.

Ela relata que alguns dos membros da comissão não tiveram acesso ao documento-base que continha o teor da reforma. Inicialmente, foi submetida à Comissão “a mesma apresentação de slides que foi levada para as oitivas” — oitivas essas que também não foram pautadas pelo documento. “Tive acesso às propostas que estavam em jogo dois dias antes da votação. A sistematização eu recebi no dia da reunião [da Comissão, que votaria a proposta], então nem pude ler com atenção”, protesta a estudante.

Procurados pelo *Informativo Adusp* para comentar as manifestações, os professores João Grandino Rodas e Luiz Roberto Britto não responderam até o fechamento desta edição.

Balanço Financeiro da Adusp - 1º trimestre de 2009

| | SALDO DO FUNDO DE RESERVA (1) | CONTRIBUIÇÃO LÍQUIDA DOS ASSOCIADOS (2) | SALÁRIOS E ENCARGOS | DESPESAS DE COMUNICAÇÃO | OUTRAS DESPESAS (3) |
|---------------------|-------------------------------|---|---------------------|-------------------------|---------------------|
| Janeiro/09 | R\$ 1.242.174,43 | R\$ 141.651,04 | R\$ 96.960,52 | R\$ 34.054,91 | R\$ 25.440,05 |
| Fevereiro/09 | R\$ 1.265.433,36 | R\$ 141.147,14 | R\$ 84.093,86 | R\$ 8.889,87 | R\$ 35.472,09 |
| Março/09 | R\$ 1.291.969,90 | R\$ 141.885,67 | R\$ 82.328,64 | R\$ 16.558,69 | R\$ 35.337,07 |

1) Utilizado com autorização do Conselho de Representantes/Assembleia Geral

2) Descontados os repasses ao Andes-SN

3) Assessoria jurídica, contábil e de imprensa, infra-estrutura, materiais permanentes, campanhas, publicações

“Sob muitos aspectos, a Ditadura continua”

Daniel Garcia

Os professores Fábio Konder Comparato (FD), Gerhard Malnic (ICB) e Maria Victoria Benevides (FE) participaram, em 16/4, do debate sobre o tema “A Ditadura militar morreu?”, que marcou o lançamento da edição 44 da *Revista Adusp*, no auditório Abrahão de Moraes do IF. O debate foi coordenado pelo professor João Zanetic (IF).

Primeira a falar, Maria Victoria destacou a frase “A Ditadura, embora dada por morta, recusa-se terminantemente a ser enterrada”, que consta do editorial da revista. “Que significa isso? Estamos numa Ditadura? É claro que não, no sentido da derrocada de um regime claramente autoritário, em determinados momentos mesmo com aspectos totalitários, como a época do AI-5. E temos hoje as garantias importantíssimas da liberdade de expressão, de associação, as eleições etc. Mas o que a revista destaca muito bem, nos seus vários artigos, é que esta democracia se esgota nos seus aspectos políticos, que são essenciais, mas não são suficientes para que possamos falar em democracia”.

Ela disse discordar de colegas cientistas políticos que acreditam que se vive hoje, no Brasil, em regime de plena democracia. “Entendemos plena democracia como muito mais do que isto que está aí, inclusive em termos políticos. Queria enfatizar o que a própria revista levanta, a começar pelo papel que continuam tendo as Forças Armadas, muito além do seu papel constitucional, no sentido de que em diversos momentos os três comandos das Forças Armadas, apoiados pelo Ministério da Defesa, se consideram acima da Constituição. É preocupante perceber não apenas como elas ainda têm poder, mas como ainda é grande

o temor que elas inspiram. Sabemos como o medo pode ser fatal numa democracia”.

Nos governos civis pós-1985, disse Maria Victoria, houve muitas nomeações de militares que praticaram, na Ditadura, “ações que podemos chamar de terrorismo de Estado, e que foram agraciados com cargos em ministérios, órgãos públicos, embaixadas”.

A professora criticou os pareceres da Advocacia-Geral da União que eximem os torturadores de processos judiciais. “Não há democracia sem respeito e garantias aos direitos humanos. Portanto, sob muitos aspectos, infelizmente, a Ditadura continua. Por isso, temos que continuar lutando”.

“Subversão” na FM

O professor Malnic centrou sua exposição na questão das perseguições ocorridas na Faculdade de Medicina. “Quando li esta revista, me chamou obviamente atenção um capítulo sobre uma homenagem que a Faculdade de Medicina fez a oito professores exonerados, ou cassados, ou aposentados, não sei qual é o título exato que a gente deve dar, mas que foram expulsos e ficaram sem reconhecimento real do que aconteceu com eles de 1964 e 1968 praticamente até hoje. E como eu conheci muitos deles, e fui admirador, continuo sendo admirador, de muitos deles, do ponto de vista de sua coragem, mas também de sua capacidade científica, eu gostaria de lembrar a vida de alguns deles, que me deixou profundas marcas”.

Malnic assinalou a cumplicidade de civis, pertencentes aos quadros da USP, nas perseguições: “Isto aconteceu na Faculdade de Medicina, e sabe-se que muito provavelmente por ação de vários membros, professores, desta faculdade, e atingiu um nú-



Maria Victoria, Malnic, Zanetic e Comparato no debate de 16/4 no IF

mero considerável de pessoas, muito mais do que os oito declarados eméritos”.

O professor destacou aspectos das trajetórias acadêmicas, anteriores e posteriores ao golpe militar de 1964, de Alberto Carvalho da Silva, que foi seu orientador de doutorado; de Samuel Barnsley Pessoa, Isaias Raw, Erney Plesmann de Camargo, Luiz Hildebrando Pereira e Luiz Rey.

Ele também elogiou a coragem do professor José Moura Gonçalves, o qual, quando diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, recusou-se a permitir perseguições: “‘Não aceito isso’, ele disse, ‘só sobre o meu cadáver. Ninguém vai entrar na Faculdade para procurar gente culpada de coisas políticas’. E isso deu certo”.

Ação da oligarquia

“O regime militar brasileiro, autoritário, foi na verdade manifestação de uma doença muito mais grave e persistente, que é a oligarquia”, afirmou o professor Comparato. “É uma das manifestações mais repugnantes da oligarquia”, frisou.

“No Brasil, o poder supremo sempre pertenceu ao grupo econômico mais abastado, em ligação estreita com as

autoridades políticas e burocráticas. Não se pode dizer que o poder supremo estivesse com os governadores que vinham da metrópole, o imperador, os presidentes da República e o aparato burocrático, sem essa consideração dos proprietários e empresários. Isso é importante de se considerar porque sempre houve conflitos internos entre os oligarcas”.

Ainda segundo o professor, “os conflitos entre os principais grupos da oligarquia estão na origem de todas as crises e mudanças políticas que nós conhecemos desde a época colonial”, nas quais “o estamento militar sempre representou o papel politicamente decisivo”. Assim, prosseguiu, ora esse estamento “atuou dentro do Estado, contra o setor econômico dominador em decadência”, como ocorreu em 1930; ora “se bandeou inteiramente para o lado dos grandes proprietários e empresários”, como em 1964.

“Se as Forças Armadas continuam a exercer esse poder de arbitragem dos conflitos entre os oligarcas é uma questão suscetível de debate. A meu ver continuam a exercer, mas de modo mais discreto. Porém, a dominação oligárquica permanece inaba-

lável. Ela pode mudar a sua organização interna, mas continua a mesma. Significa que o grande ausente na história do Brasil é o povo. O povo sempre permaneceu afastado das instâncias de poder, nunca participou das grandes decisões políticas”.

Controladores de vôo

Roberto Sobral, advogado da Federação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo (Febracta), veio de Brasília especialmente para denunciar, no debate, a situação dessa categoria profissional, retratada na edição 44 da revista. Diversos controladores, sargentos e suboficiais da Aeronáutica, foram expulsos ou condenados a penas de prisão em razão da greve de 2007 ou por críticas às condições de trabalho. “O Ministério Público Militar não serve para nada. E a Justiça Militar é uma excrescência, é um tribunal de exceção”, disse Sobral, que entregou ao professor Comparato um dossiê sobre a questão.

Várias outras pessoas também se manifestaram. Docentes, estudantes e representantes de entidades de defesa dos direitos humanos compuseram o público. Ao final, houve um coquetel de congraçamento.